

Da crise à mediação qualificada: apontamentos a partir da #VazaJato como ciberacontecimento jornalístico

Felipe Moura de Oliveira¹

Resumo

O artigo tem natureza ensaística e reflete sobre a crise enfrentada pelo jornalismo em meio ao ambiente digital ao discutir a constituição de um segundo nível no seu enfrentamento. A partir da premissa da #VazaJato como típica manifestação de um ciberacontecimento jornalístico, propõe a linguagem como lugar epistêmico para a compreensão das suas afetações sobre empresas jornalísticas tradicionais; precisamente, nos movimentos do jornal Folha de S.Paulo e da revista Veja, que encampam a investigação desencadeada pelo The Intercept Brasil a partir da hipótese jornalística de que o devido processo legal não fora cumprido na operação Lava Jato. Depois de um período de reação instintiva, que ainda reivindicava a autoridade, a suspeita é que esteja em curso um movimento de defesa de uma mediação qualificada exercida pelo jornalismo ante a realidade caótica dos acontecimentos no espaço público contemporâneo brasileiro.

Palavras-chave: Crise do jornalismo. Mediação qualificada. Ciberacontecimento jornalístico.

From crisis to qualified mediation: notes from #VazaJato as a journalistic cyberevent

¹ Professor e coordenador do curso de Jornalismo (gestão 2020/2022) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e colíder do Grupo de Pesquisa/CNPq Jornalismo Digital. Doutor em Ciências da Comunicação (Unisinos), onde defendeu tese que investiga processos sociais em redes digitais e suas implicações sobre o jornalismo a partir de incursões às redações dos jornais Folha de S.Paulo (Brasil), El País (Espanha) e The New York Times (EUA), e autor de "La semiosis de la noticia: Movimientos sociales en red y crisis del periodismo" (Barcelona: Editorial UOC, 2018). E-mail: felipecomunica@gmail.com.

Abstract

The article is essayistic in nature and reflects on the crisis faced by journalism in the digital environment by discussing the constitution of a second level in its confrontation. Based on the premise of #VazaJato as a typical manifestation of a journalistic cyberevent, it proposes the language as an epistemic place for understanding its affectations on traditional journalistic companies; precisely, in the movements of the *Folha de S.Paulo* newspaper and *Veja* magazine, which embrace the investigation launched by The Intercept Brasil based on the journalistic hypothesis that the correct legal process had not been complied with in the Lava Jato operation. After a period of instinctive reaction, which still claimed authority, the suspicion is that there is an ongoing movement to defend a qualified mediation exercised by journalism in the face of the chaotic reality of events in contemporary Brazilian public space.

Keywords: Journalism crisis. Qualified mediation. Journalistic cyberevent.

Introdução

O ano era 2013; mês de junho. Milhões de pessoas tomavam as ruas do Brasil, em movimento metabolizado nas redes sociais digitais, para representar suas demandas políticas e sociais. Em reunião de pauta na *Folha de S.Paulo*, a 19 de junho, profissional que ocupava posto de direção na redação admite – ainda que instintivamente, mas chamando a atenção para a necessidade de reflexão – a tensão inexorável sobre seu trabalho: “Tá na cara que a força e a rapidez de mobilização tá calcada nisso [redes sociais]. A maioria fica sabendo por ali [dos protestos], não tá nem aí para o que gente diz. O efeito disso temos que discutir” (OLIVEIRA, 2018, p. 16).

Introduzir a reflexão a que este artigo convida pela descrição de estrato de pesquisa de campo realizada em 2013 na *Folha de S.Paulo* denota o estágio em que o jornalismo se encontrava ante a sua crise. As *Jornadas de Junho* (signo que cristalizaria o acontecimento na história) marcam o ponto inicial de uma reação mais orgânica² do jornalismo brasileiro – pelo menos daquele tradicional e praticado no mercado – às tensões sobre convenções históricas e correlações do campo em sociedades capitalistas, orientadas pela democracia liberal.

² A expressão “reação mais orgânica” é evocada para denotar oposição à “reação instintiva” (marca da primeira fase de reação à crise do jornalismo, neste artigo delimitada pelas tensões ante ao ambiente digital); refere-se, portanto, a uma postura mais reflexiva, menos mecanicista, diante dessas tensões e suas implicações sobre o campo por parte de profissionais e empresas do chamado *mainstream*.

Pouco antes, na Europa, o tema já era objeto de reflexão. Fora para Gurmesinde Lafuente (2012, p. 212), por exemplo, à época diretor de redação do espanhol *El País*: “Agora, e isto, por um lado, é um grande drama, por outro, uma grande oportunidade, perdemos esse monopólio da intermediação. Muita gente está disputando, em alguns casos com vantagem, e isto tem nos obrigado a reinventar o nosso ofício”. Lafuente firmava o entendimento de que, diferentemente dos avanços tecnológicos anteriores, agora o poder da intermediação é, potencialmente, descentralizado; não ainda mais concentrado, como fora com a televisão em detrimento do rádio.

É natural presumir que, passada quase uma década das *Jornadas de Junho* (quando da publicação deste artigo), estratégias de enfrentamento à crise tenham sido mais ou menos empreendidas pelas empresas jornalísticas tradicionais. Refletir ensaísticamente sobre elas é, em parte, propósito deste trabalho. Metodologicamente, portanto, a discussão se realiza no âmbito teórico, ainda com base em movimento especulativo, no esteio de manifestações empíricas.

O debate propriamente é concretizado nas afetações da #VazaJato, série de reportagens desencadeada pela agência de jornalismo investigativo *The Intercept Brasil*, orientada pela hipótese jornalística de que o devido processo legal não fora cumprido na operação Lava Jato, que apura suspeitas de corrupção na Petrobras. Propõe-se a discussão pela linguagem como lugar epistêmico para a compreensão da #VazaJato como típico *ciberacontecimento jornalístico*, a partir das reações do jornal *Folha de S.Paulo* e da revista *Veja*, empresas de referência que encampam a investigação, atuando colaborativamente na apuração, checagem e contextualização de diálogos privados de autoridades envolvidas na Lava Jato em arquivos do aplicativo de mensagens Telegram entregues ao *Intercept* por uma fonte anônima.

O texto faz, inicialmente, uma breve delimitação da dimensão epistemológica da crise, para, em seguida, introduzir a suspeita de que esteja em processo a transição de um primeiro nível nas estratégias de enfrentamento, mais instintivo, para um segundo, mais reflexivo. Em seguida, descreve os desdobramentos da série (iniciada em 9 de junho de 2019) e justifica a premissa que a define como *ciberacontecimento jornalístico*. Argumenta, então, a reação de *Folha* e *Veja* (em específico, quando publicam as primeiras reportagens, justificando a adesão), como indício de evolução no enfrentamento da crise.

Depois do estágio inicial, instintivo e marcado pelo recurso à autoridade jornalística para a aferição da verdade dos fatos, a suspeita é de que esteja em curso um movimento

de defesa de uma *mediação qualificada* exercida pelo jornalismo ante a realidade caótica dos acontecimentos no espaço público (reconformado pelo ambiente digital). É um movimento que fixaria a objetividade na dimensão estritamente metodológica do estatuto do campo e da transparência do método como princípio deontológico, arregimentando o projeto que defende o jornalismo como forma de conhecimento (GENRO FILHO, 1989) – perspectiva que não prescinde do acionamento da subjetividade, já que, na semiose da notícia, está sempre indissociável da representação do mundo que o jornalismo processa (OLIVEIRA, 2018).

Crise sistêmica: do instinto à reflexão

Quando o jornalista da *Folha de S.Paulo*, em meio às *Jornadas de Junho*, defendia a necessidade de discutir “o efeito disso”, aludindo ao desinteresse do público pelo jornalismo em detrimento das informações que circulavam nas redes sociais digitais, não poderia imaginar o quanto a crise (implícita na sua fala) se agravaria nos anos seguintes, atingindo o ápice, por ora, no caso brasileiro, nas Eleições Gerais de 2018 e na pandemia de covid-19, em meio à disputas de sentido em torno das medidas sanitárias de controle. Isso porque a desinformação (WARDLE, 2018) avançaria assustadoramente, acelerando-se a partir de 2016, com as eleições presidenciais nos EUA e o Brexit, referendo que determinou a saída do Reino Unido da União Europeia.

Na gênese do fenômeno, Oliveira, Osório e Henn (2019) apontam o recrudescimento de sentidos que chamam de “neofascismo”; “neo” justamente pela possibilidade de representação e espalhamento acelerado e em larga escala. Com lastro em pesquisas que investigaram a produção de acontecimentos no ambiente digital (HENN, PILZ, MACHADO, 2018), chamam a atenção para bolsões de articulação por meio dos quais ideários retrógrados ganham materialidade. Em meio à agência de algoritmos, se constituíam disputas de sentidos, em territorialidades semióticas que passam a compor a dinâmica social, afetando dinâmicas jornalísticas e tendendo a entropia do campo. As chamadas *fake news* dão materialidade ao fenômeno, espalhando sentidos principalmente por meio de grupos de usuários de aplicativos de mensagens, como Whatsapp ou Telegram.

Cumpra ressaltar que a conotação da crise não é necessariamente negativa. É uma crise sistêmica, no âmbito dos sistemas dinâmicos e complexos (VIEIRA, 2000; MAINZER, 1994; PRIGOGINE, 1976), assentada no parâmetro da conectividade. Quando a interação entre os sistemas avança, a tendência à entropia impõe pelo menos dois cenários,

antagônicos: ou o sistema avança, até mesmo com a identidade modificada; ou sucumbe, tem seu gene radicalmente alterado. Isso no espaço público entendido como semiosfera – em alusão à biosfera (LOTMAN, 1986): *locus* simbólico em que se metabolizam todas as semioses; ao agirem e interagirem, sistemas atribuem significados aos acontecimentos, transformam-nos entre si.

Ao se configurar como mediador entre a sociedade e os acontecimentos que emergem da realidade, o jornalismo convencionou técnicas narrativas e princípios deontológicos para apreender sentidos nessa semiosfera. Considerado singularidade que produz rupturas, descontinuidades, o acontecimento é conceito chave (QUÉRÉ, 2005). E o jornalismo o representa, semioticamente, determinando hierarquias, o enquadrando. É o sistema ao qual se atribuiu a prerrogativa para a definição dos acontecimentos que merecem atenção no presente (FRANCISCATO, 2005), conferindo sentidos amplamente replicados e que levam a sociedade a ações concretas.

Ocorre que, frente à crise, o jornalismo é questionado, quando não refutado; e pelos próprios protagonistas do acontecer. Não se trata de um fenômeno que prescinde do papel do jornalismo na tessitura do acontecimento, no reconhecimento do seu acontecer no tempo presente (ANTUNES, 2008); ou ainda de uma “segunda vida” do acontecimento, umbilicalmente determinada pelo sistema midiático (FRANÇA, 2012). Se trata, sim, de um fenômeno que suscita a revisão dessas perspectivas, incorporando a elas novos agentes no processo “acontecimental”.

A representação que o jornalismo faz do objeto/acontecimento no signo/notícia, na condição transitória de interpretante na semiose, deixa *sobras* (Santaella, 2008). Sobras passam a compor, então, interpretações diferentes daquelas decorrentes do jornalismo na “semiosfera digitalizada”. E é dessa complexa disputa de sentidos que emerge o que Henn (2014) concebe como ciberacontecimento: acontecimento cuja processualidade constitutiva e de propagação se dá nas redes sociais digitais. O próprio acontecer é intrinsecamente relacionado ao ciberespaço.

As reações instintivas que marcaram o enfrentamento inicial à crise, pois, na sua dimensão tangível, negam os efeitos produzidos pelo que resta como sobra da semiose da notícia, reivindicando a autoridade histórica para uma representação fiel à realidade. É sintomático desse estágio o movimento da *Folha de S.Paulo*, em 2014, quando realiza levantamento sobre links compartilhados nas redes sociais durante as Eleições Gerais (ocorridas pouco mais de um ano depois das *Jornadas de Junho*). O resultado é noticiado

sob o título “Jornalismo profissional domina redes sociais” e o texto informa: “[...] 61% dos compartilhamentos [...] vieram de conteúdo publicado na mídia profissional. [...] Nos dois dias após a eleição, este índice sobe para mais de 70%” (FOLHA, 2014, acesso online)³.

Não há reflexão ante a nova conformação do espaço público. Ao contrário, quando o jornal aciona especialista para repercutir os dados, insiste no controle do fluxo de informação: “A gente pode dizer tranquilamente que, se não tem mídia, não tem mídia social”, afirma Luli Radfahrer, pesquisador da USP e colunista da Folha. Os debates nas redes, diz ele, “surgem da cobertura profissional, como repercussão ou crítica”.

Já ao encontro da transição da perplexidade à reflexão, também em 2014, o jornal *Público*, de Portugal, circula artigo cujo título é “Há uma crise no *The New York Times*?”, sob o gancho da demissão repentina da primeira mulher a dirigir a redação do jornal estadunidense, Jill Abramson. Os portugueses tiveram acesso ao relatório interno que admite organicamente a disputa: “O *New York Times* ganha no jornalismo. Mas a nossa vantagem jornalística diminui à medida que os novos meios digitais expandem” (PÚBLICO, 2014, acesso online)⁴.

No Brasil, o passo seguinte, com a disseminação das *fake news*, é a aposta na “checagem de fatos” (em inglês, *fact-checking*). Mirando experiências reunidas na International Fact-checking Network (IFCN), agências brasileiras surgem a partir de 2015, vendendo o serviço de checagem a empresas jornalísticas tradicionais e inspirando-as na criação de projetos semelhantes (SPINELLI, SANTOS, 2018).

O momento mais efusivo quanto ao posicionamento de mercado é nas Eleições Gerais de 2018. Como reação à crise produzida pela desinformação (WARDLE, 2018), contudo, tem efeitos limitados. É o que revela, por exemplo, estudo da organização Avaaz cujo resultado é objeto de notícia na *Folha de S.Paulo* em 2 de novembro de 2018, na semana que sucedeu o segundo turno: “90% dos eleitores de Bolsonaro acreditaram em fake news, diz estudo”. No texto, a informação de que quase a totalidade (98,21%) dos eleitores de Jair Bolsonaro (PSL), eleito presidente da República com 55,13% dos votos

³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/90-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditaram-em-fake-news-diz-estudo.shtml>. Acesso: 26 jul 2019.

⁴ Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/05/18/mundo/noticia/ha-uma-crise-no-the-new-york-times-1636402>. Acesso: 26 jul 2019.

válidos (aproximadamente 58 milhões) contra 44,87% de Fernando Haddad (PT), foram submetidos a notícias falsas ao longo da campanha; destes, 89,77% acreditaram que os fatos eram verdadeiros (FOLHA, 2018, acesso online)⁵.

Com tímidas iniciativas no mercado empresarial, a transição para um nível mais reflexivo no enfrentamento da crise tem como protagonistas no Brasil as agências independentes em relação aos modelos tradicionais de negócio – como é o caso do próprio *The Intercept Brasil*. Ilustra essa cena reportagem da agência *Pública* que visa a esclarecer informações falsas no contexto da renúncia do ex-deputado federal Jean Wyllys (PSOL/RJ), em janeiro de 2019. Sob o título “Rastreamos a hashtag que espalhou fake news sobre Jean Wyllys” e a linha de apoio “Iniciados por anônimos, boatos que ligavam ex-deputado a ataque a Bolsonaro explodiram com atuação de Olavo de Carvalho, Alexandre Frota e Lobão no Twitter e Facebook”⁶, a reportagem vai além da checagem e da imposição da verdade verificável; admite os sentidos que as informações falsas produzem e identifica os atores sociais envolvidos no fluxo do ambiente digital.

7

#VazaJato, típico ciberacontecimento jornalístico

A operação Lava Jato enfrenta controvérsias políticas e jurídicas desde que fora tornada pública, em 2014. Definida pelo Ministério Público Federal (MPF) como “[...] maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve” (2016, acesso online)⁷, a investigação sobre suspeitas de corrupção na Petrobras⁸ é empreendida por uma

⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/90-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditaram-em-fake-news-diz-estudo.shtml>. Acesso: 26 jul 2019.

⁶ Disponível em: <https://apublica.org/2019/02/rastreamos-a-hashtag-que-espalhou-fake-news-jean-wyllys/>. Acesso: 26 jul 2019.

⁷ Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso: 26 jul 2019.

⁸ Empresa estatal de economia mista que atua no mercado internacional de minas e energia; controlada pelo governo federal brasileiro. Ver mais em: <http://www.petrobras.com.br/pt/>.

tríade de instituições republicanas que tem, além do próprio MPF, a Polícia Federal e o Poder Judiciário.

Desde que fundou a redação brasileira do *The Intercept*, em 2016, o estadunidense Glenn Greenwald, que é também um dos fundadores da agência nos EUA, tem dedicado atenção à cobertura da Lava Jato sob a perspectiva da conduta dos agentes públicos envolvidos. Antes mesmo de a versão brasileira estrear, Greenwald publicara reportagem em inglês, em novembro de 2015, denunciando espionagem da NSA – *National Security Agency*, a agência de segurança dos EUA – a partir de documentos secretos vazados pelo analista de sistemas Edward Snowden⁹, ex-agente do órgão de segurança: a revelação indicava, em meio a uma investigação mais ampla, envolvendo espionagem sobre executivos da PDVSA (estatal de petróleo da Venezuela), interesses econômicos dos EUA também sobre a Petrobras¹⁰.

O acontecimento, associado a inferências produzidas por Glenn Greenwald ao cotejá-lo com outros, envolvendo a própria Lava Jato, leva a redação do *The Intercept Brasil* a atuar, desde o seu surgimento, sob a hipótese jornalística de que o devido processo legal não fora respeitado pela operação – seja no âmbito das investigações ou dos julgamentos e condenações que delas decorrem – em detrimento de interesses políticos e econômicos.

O signo mais expressivo é a condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pelo ex-juiz federal de primeira instância Sergio Moro (que depois fora ministro da Justiça do Governo Bolsonaro). Liderado pelo procurador Deltan Dallagnol, o MPF o acusa de ter recebido um apartamento na cidade de Guarujá, litoral de São Paulo (SP), em troca de vantagens ilegais a empreiteiras envolvidas na Lava Jato. Sua condenação seria confirmada em segunda instância, no processo do “Triplex” (como ficara conhecido), determinando a prisão do ex-presidente em abril de 2018 e o impedindo de concorrer às eleições presidenciais, para as quais era líder de intenção de votos até ter a candidatura negada, em agosto – as Eleições Gerais ocorreriam em outubro.

⁹ Glenn Greenwald venceu em 2014 o Prêmio Pulitzer de Jornalismo por reportagens publicadas no jornal *The Guardian US* a partir dos documentos da NSA vazados por Snowden.

¹⁰ Disponível em: <https://theintercept.com/2015/11/18/overwhelmed-nsa-surprised-to-discover-its-own-surveillance-goldmine-on-venezuelas-oil-executives/>. Acesso: 26 jul 2019.

Ainda que não seja o propósito adotar aqui determinada definição para o conceito de hipótese jornalística, convém oferecer uma leitura que o concretize no raciocínio em curso em relação ao conjunto das práticas do campo. Hunter *et al.* (2013, p. 18), didaticamente, explica: “Você cria uma afirmação daquilo que pensa que a realidade é, com base nas melhores informações de que você dispõe, e, então, procura novas informações que possam provar ou refutar a sua afirmação”. Tal definição implica no acionamento da subjetividade pelo jornalista que concebe a hipótese, ao observar um acontecimento no presente em relação ao passado (o que se sabe a respeito) e ao futuro (o que significaria a sua confirmação).

Entre as vantagens vislumbradas na utilização da hipótese – além da otimização de recursos tecnológicos e intelectuais na investigação (HUNTER *et al.*, 2013) – estaria a possibilidade de torná-la uma espécie de “pólo atrator” para informações ocultas com potência para confirmá-la, refutá-la ou ainda determinar a sua revisão – favorecidas, como exemplos, por fontes oficiais, não oficiais, em off, ou fontes anônimas, desde que, em qualquer caso, haja a associação de outros métodos de verificação.

Eis que a 9 de junho de 2019, o *Intercept* publica as primeiras quatro partes da série que intitula #VazaJato – até a conclusão deste artigo, já eram 109 partes¹¹. As reportagens têm base em arquivos de diálogos privados mantidos por agentes públicos envolvidos na Lava Jato por meio do aplicativo de mensagens Telegram, obtidos pelo *Intercept* pelo envio realizado por uma fonte anônima. As conversas revelam colaboração entre Moro e Dallagnol, o que configuraria quebra do princípio da imparcialidade do juízo, já que uma das partes (a acusação) é favorecida no processo.

A parte 1 – “Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro” – justifica a série no contexto da hipótese jornalística (THE INTERCEPT, 2019, acesso online)¹²:

[...] a Lava Jato foi a saga investigativa que levou à prisão o ex-presidente Lula no último ano. Uma vez sentenciado por Sergio Moro, sua condenação foi rapidamente confirmada em segunda instância, o tornando

¹¹ Disponíveis em: <https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>. Acesso: 18 nov. 2021.

¹² Disponível: <https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>. Acesso: 26 jul 2019.

inelegível no momento em que todas as pesquisas mostravam que Lula [...] liderava a corrida eleitoral de 2018. Sua exclusão da eleição [...] foi uma peça-chave para abrir um caminho para a vitória de Bolsonaro.

E também revela diretrizes do procedimento jornalístico:

Informar à sociedade questões de *interesse público* e expor transgressões foram os princípios que nos guiaram durante essa investigação.

[...]

Ao fazer esses julgamentos, empregamos o padrão usado por jornalistas em democracias ao redor do mundo: as informações que revelam transgressões ou engodos por parte dos poderosos devem ser noticiadas.

O recurso à noção de “interesse público”, teleológico, quando submetido a uma leitura habermasiana (entre outras que conformam o conceito de “esfera pública”), implica, por essência, em escrutínio (substantivo traduzido de Habermas, 2003) das informações; não apenas em sua publicização. Um movimento que também demanda o acionamento da subjetividade do jornalista ao operar esse escrutínio. Admitir esse movimento parece estar entre as preocupações do *Intercept* ao justificar as publicações pela interface entre princípios deontológicos do jornalismo e a hipótese que o orienta. É como se fosse reivindicada uma forma específica de acionamento da subjetividade, que, amparada pelo método jornalístico, conferiria também objetividade à operação.

Postula-se, então, que seja um movimento estimulado pela natureza do caso, típico cibercontecimento jornalístico; a começar pelo signo que representa a série, com o uso de uma *hashtag* (#), dispositivo que permite reunir no ambiente digital, com a ação de algoritmos, sentidos diversos que emergem de um objeto semiótico comum. O objeto sobre o qual a série se debruça em si – diálogos no Telegram – possibilitaria compreendê-lo como cibercontecimento no seu estado original, em Henn (2014). Seu acontecer no ciberespaço, portanto, lhe confere uma anatomia que Oliveira, Osório e Henn (2019, p. 6) caracterizam pela metáfora do rizoma: “Deslocado da botânica, o termo diz respeito a uma espécie de junção não arborescente, ou seja, sem a hierarquia que prescinde a ideia de raiz”. Importam mais, nessa perspectiva, as conexões que vão se estabelecendo.

Decorre dessa anatomia a tendência ao caos quando o cibercontecimento é submetido a uma lógica de circulação da informação cartesiana; não são visíveis percursos lineares, nem mesmo teleológicos, para a sua interpretação com vistas ao interesse público. É também causa e consequência da crise do jornalismo. Com a #VazaJato em perspectiva, estaríamos diante de um cenário hipotético em que, sem a mediação que exerceu o *The Intercept Brasil*, os arquivos estariam flutuando no ambiente digital, alheios às mais diversas

conexões, estabelecidas por diferentes agentes – em tímido flerte com a teoria ator-rede, de Latour (2012) – e com uma probabilidade considerável de dispersão ante à caoticidade. É na transição do “(ciber) acontecimento” ao “(ciber) acontecimento jornalístico” que se infere potência heurística para a reflexão proposta – transição que, ainda sem considerar as implicações do ambiente digital representadas pelo prefixo “ciber”, é objeto de sistematização de Benetti (2010).

Ao se deparar com o arquivo contendo os diálogos na condição de objeto da ordem da realidade caótica dos acontecimentos, o *Intercept* é afetado enquanto mente interpretante. Ensaia, ao longo da semiose da notícia, o que Oliveira, Osório e Henn (2019) chamam de “agir cartográfico”, ao oferecê-lo como “proposta teórico-metodológica para a compreensão e o *exercício* do jornalismo em rede” (grifo nosso). Em tentativa de síntese (inevitavelmente redutora da complexidade), consistiria na ação do jornalismo com atenção a uma espécie de “mapa das conexões” (daí a referência à cartografia) que permite a existência rizomática do ciberacontecimento – já investido do estatuto de ciberacontecimento jornalístico. Ao cartografá-lo, o jornalismo lhe conferiria inteligibilidade, produzindo conhecimento a partir do que aferiu como singular no acontecer, nos termos de Genro Filho (1989).

Já na Parte 2 da série, uma das quatro publicadas em 9 de junho de 2019, esse movimento pode ser inferido: “Exclusivo: Procuradores da Lava Jato tramaram em segredo para impedir entrevista de Lula antes das eleições por medo de que ajudasse a ‘eleger o Haddad’”¹³. A reportagem parte de diálogos no Telegram – que lidos aleatoriamente não permitiriam avaliá-los como indício da hipótese da transgressão do processo legal – e reconstitui, por meio de apuração de informações tangenciais e checagens dos fatos, o contexto em que eles ocorrem, em 28 de setembro de 2018, quando o Supremo Tribunal Federal concedera à *Folha de S. Paulo* o direito de entrevistar o ex-presidente na prisão – em decisão logo revogada, antes do seu cumprimento.

Por uma mediação qualificada

¹³ Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/procuradores-tramaram-impedir-entrevista-lula/>. Acesso: 26 jul 2019.

Não é a primeira vez que o enunciado desta seção é evocado para demarcar um projeto político-acadêmico que estimula uma virada epistemológica nos estudos de jornalismo – as mais recentes em Oliveira, Osório e Henn (2019) e Oliveira (2018). A novidade, agora, é o movimento que fazem empresas jornalísticas tradicionais no contexto do cibercontecimento jornalístico #VazaJato.

A primeira reação da *Folha de S.Paulo* é titubeante, ainda sob a égide do “jornalismo declaratório”. Na sua afetação inicial, em 9 de junho de 2019, publica notícia intitulada “Mensagens mostram colaboração entre Moro e Deltan na Lava Jato, diz site”¹⁴, recorrendo a impessoalidade como tentativa de alcançar a objetividade prescrita pela perspectiva funcionalista.

Com a expansão do acontecer a partir da anatomia rizomática do cibercontecimento no ambiente digital, o jornal paulista encampa a investigação do *Intercept* e publica, com exclusividade, manchete na capa do impresso de 23 de junho de 2019: “Lava Jato articulou apoio a Moro em momento crítico” (Figura 1).

¹⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/site-publica-mensagens-que-mostram-colaboracao-entre-moro-e-deltan-na-lava-jato.shtml>. Acesso: 26 jul 2019.



Figura 1 - Capa da edição de 23 de junho de 2019.

A reportagem interna, disponibilizada também em versão digital, leva o título “Lava Jato articulou apoio a Moro diante de tensão com STF, mostram mensagens”, é assinada por “Folha e The Intercept Brasil” e tem entretítulo dedicado estritamente a justificar a adesão da *Folha* – “Série de reportagens explora mensagens obtidas por site” –, cujo texto revela bastidores da apuração:

Nos últimos dias, repórteres do jornal e do site trabalharam lado a lado, pesquisando as mensagens e analisando seu conteúdo. Como o material é muito vasto, os jornalistas têm dedicado bastante tempo para analisar os diálogos, examinar o contexto das discussões nos vários grupos de mensagens e checar as informações encontradas para verificar a consistência do material obtido pelo Intercept.

[...]

Ao examinar o material, a reportagem da Folha não detectou nenhum indício de que ele possa ter sido adulterado.

Os repórteres [...] buscaram nomes de jornalistas da Folha e encontraram diversas mensagens que de fato esses profissionais trocaram com integrantes da força-tarefa nos últimos anos, obtendo assim um forte indício da integridade do material.

A adesão de *Veja* seria ainda mais emblemática. A capa da edição impressa de 5 de julho de 2019 é assertiva: “Justiça com as próprias mãos” (Figura 2). E já na linha de apoio, marcas vislumbradas como indício do agir cartográfico ao manusear os arquivos obtidos pelo *Intercept*, acionando a subjetividade na apuração (ou escrutínio, no sentido do interesse público habermaseano), checagem e contextualização para concluir: “Diálogos mostram que Sergio Moro *cometeu* irregularidades, *desequilibrando a balança em favor da acusação* no processo da Lava-Jato” (grifo nosso).



Figura 2 - Capa da edição de 5 de julho de 2019.

A revista também disponibiliza versão digital da reportagem interna, cujo título é: “Novos diálogos revelam que Moro orientava ilegalmente ações da Lava Jato”, assinada por “Glenn Greenwald, Edoardo Ghiroto, Fernando Molica, Leandro Resende e Roberta Paduan”¹⁵. A justificativa é publicada sob o título “Carta ao Leitor: sobre princípios e valores”. *Veja* advoga (ainda que nitidamente a partir de uma retórica auto-referencial) a adesão também à hipótese jornalística concebida pelo *Intercept*, convencida pelos signos que a representam como objeto semiótico: os diálogos a que a revista teve acesso como indício da pertinência da transgressão do processo legal; pontualmente, revê o que se poderia

¹⁵ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/dialogos-veja-capa-intercept-moro-dallagnol/>. Acesso: 26 jul 2019.

caracterizar como sua antítese ante a hipótese da agência de jornalismo investigativo, ao admitir que o ex-juiz, antes editorialmente celebrado como paladino do combate à corrupção, agiu fora da lei e argumentando que “o conjunto de diálogos [...] revela de forma cabal como Sergio Moro exorbitava de suas funções de juiz”; e revela ainda bastidores da reportagem que a levam a firmar convicção em torno da transgressão (VEJA, 2019, acesso online)¹⁶:

Durante duas semanas, oito jornalistas, cinco de VEJA e três do site, selecionaram os diálogos e checaram — em processos judiciais e com entrevistas - as informações [...]. Pela leitura do material, fica evidente que as ordens do então juiz eram cumpridas à risca pelo Ministério Público e que ele se comportava como parte da equipe de investigação, [...] não como um magistrado imparcial.

[...]

Assim como a Folha de S.Paulo [...] analisamos dezenas de mensagens trocadas ao longo dos anos entre membros do nosso time e os procuradores. Todas as comunicações são verdadeiras - palavra por palavra (o que revela fortíssimos indícios de veracidade do conjunto).

A essa altura é imperativo destacar o caráter não mais do que indicial do movimento das empresas jornalísticas como manifestação de um segundo nível, mais reflexivo e menos instintivo, no enfrentamento da crise do jornalismo em face de perspectivas tradicionais, que defendem como fim ontológico do campo a transmissão objetiva do real (perspectiva incompatível com uma visada semiótica).

O passo seguinte seria a compreensão mais orgânica dos caminhos possíveis para a superação da crise. E a proposta submetida ao debate aqui é o exercício de uma mediação qualificada: um movimento teleológico de produção, com base na formação que outorga ao jornalista essa prerrogativa, teoria e método, de signos/notícia capazes de representar sentidos essenciais do objeto/acontecimento, o que é possível da sua singularidade, assumindo como essência a sua função mediadora.

É um esforço que presume um reposicionamento dos preceitos constituintes do estatuto do jornalismo (HENN, OLIVEIRA, 2015), inspirado em Ward (2010, p. 138-139), quando, na filosofia, ao tratar do jornalismo, separa a objetividade em três diferentes sentidos: “ontológico, epistemológico e processual”. A objetividade deixaria a dimensão da ontologia do campo e passaria a compor apenas a metodologia. O fenômeno em si é da

¹⁶ Disponível: <https://veja.abril.com.br/politica/carta-ao-leitor-sobre-principios-e-valores/>. Acesso: 26 jul 2019.

ordem da objetividade ontológica, inapreensível senão pela linguagem, ensina Peirce (2002). Uma tentativa de apreendê-lo passa, então, pela construção epistemológica de métodos de investigação e verificação, dando forma à objetividade processual.

Em meio à profusão de sentidos na semiosfera contemporânea, o jornalismo seria o sistema semiótico capaz de oferecer um signo não que seja a emanção do objeto – porque é impossível –, mas um signo mais próximo dele, em que a objetividade – na sua dimensão lógico-semiótica – é evocada como método pelo qual operacionaliza a mediação qualificada. O jornalismo deixaria de disciplinar para ampliar as possibilidades de sentido e compreensão do acontecimento (OLIVEIRA, 2018).

Post scriptum

Há na gênese da proposta ora em finalização uma natureza epistemológica complexa, com inspiração também em Morin (1986), incompatível com conclusões absolutas – em especial a partir de um movimento eminentemente ensaístico, que buscou apontar indícios de um segundo nível no enfrentamento da crise a partir da #VazaJato como ciberacontecimento jornalístico e suas implicações sobre duas empresas brasileiras de referência.

É possível afirmar com significativa segurança, no entanto, que as manifestações empíricas sobre as quais se dedicou a reflexão, iluminada pela proposta da mediação qualificada e seus desdobramentos conceituais, apontavam, àquela altura (segundo semestre de 2019), para a superação do primeiro nível, definido ao longo do texto como mais reativo – ou instintivo – em relação aos efeitos que o ciberacontecimento #VazaJato, nos seus estados virtual e atual, produziu sobre o jornalismo.

A instabilidade da esfera pública brasileira, por outro lado, seja pelo ambiente de desinformação que restou consolidado desde a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, seja pela fragilidade da democracia, em xeque frente às vontades autoritárias do presidente da República, favorecem a compreensão da anatomia dos acontecimentos na condição de rizoma e da dinâmica do acontecer, seu ritmo de crescimento e oscilação, com base nas associações que compõem, quando cartografadas, uma espécie de mapa de sentidos.

Dessa tríade de apontamentos iniciais decorre a decisão de localizar a última seção deste trabalho como espécie de *post scriptum*, e não como considerações finais, propriamente. Fica o desafio de testar os conceitos aqui trabalhados e, ao mesmo tempo,

avaliar de forma mais robusta o alcance do movimento de autorreflexão que o jornalismo brasileiro, mesmo o hegemônico, tem feito ante a sua crise atual.

Referências

ANTUNES, E. Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico. In: **Revista Contemporânea**, v.06, Nº. 01, junho de 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3517>. Acesso: 18 nov. 2021.

BENETTI, M. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, M.; FONSECA, V. **Jornalismo e Acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010. p. 143-164.

FRANÇA, V. R. O acontecimento e a mídia. **Galáxia** (São Paulo. Online), v. 12, p. 1-12, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939>. Acesso: 18 nov. 2021.

FRANCISCATO, C. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

GENRO FILHO, A. **O segredo da Pirâmide**. Porto Alegre: Tchê, 1989.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HENN, R. **El ciberacontecimiento**: producción y semiosis. Barcelona: UOC, 2014. v. 1.

HENN, R.; OLIVEIRA, F. M. de. Jornalismo e movimentos em rede: a emergência de uma crise sistêmica. **Revista FAMECOS**, v. 22, n. 3, p. 77-95, 2015.

HENN, R.; PILZ, J.; MACHADO, F. V. Celebração do casamento igualitário e homofobia nas redes digitais: #lovewins na disputa de sentidos oriundos da apropriação da havaianas. **E-COMPÓS** (BRASÍLIA), v.21, p.ID 1400 - 0, 2018.

HUNTER, M. et al. **A investigação a partir de histórias**: um manual para jornalistas investigativos, 2013. Disponível: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002264/226456POR.pdf>. Acesso: 3 jul 2019.

LAFUENTE, G. A melhor maneira de fazer jornalismo é pela internet: entrevista com Gumersindo Lafuente In: MAROCCO, B. **O jornalista e a prática: entrevistas**. São Leopoldo: Unisinos, 2012.

LATOURE, B. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria Ator-Rede**. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

LOTMAN, I. **La Semiosfera**. Madri: Cátedra, 1986.

MAINZER, K. **Thinking in Complexity**. New York: Springer-Verlag. 1994.

MORIN, E. **O Método I: A natureza da natureza**. Mira-Sintra: Europa-América, 1986.

OLIVEIRA, F. M. de. **La semiosis de la noticia: Movimientos sociales en red y crisis del periodismo**. Barcelona: Editorial UOC, 2018.

OLIVEIRA F. M. de; OSÓRIO M.; HENN R. Agir cartográfico: proposta teórico-metodológica para compreensão e exercício do jornalismo em rede. **28º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação** - Compós. Porto Alegre, 2019.

PEIRCE, C.S. **The Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Past Masters, CD-ROM. EUA, IntelLex Corporation, 2002.

PRIGOGINE, I., Order through Fluctuation: Self-Organization in a Social System. In, **Evolution and Consciousness: Human Systems in Transition**. Jantsch, E. and Waddington, C. H. (eds.), p. 93-126. Massachusetts. Addison-Wesley Publ. Company, 1976.

QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, Lisboa, n. 6, p. 59-76, 2005.

SANTAELLA, L. **A Teoria Geral dos Signos: como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SPINELLI, E.; SANTOS, J. Jornalismo na era da pós-verdade: fact-checking como ferramenta de combate às fake news. **Revista Observatório**, v. 4, p. 759-782, 2018.

VIEIRA, J. A. Organização e Sistemas. **Informática na Educação: Teoria e Prática**. Tgic-UFRGS, V. 3, Setembro, 2000. P.p 11-24.

WARD, S. Inventing Objectivity: New Philosophical Foundations. In: MEYERS, C. (Org). **Journalism Ethics: A Philosophical Approach**. New York: Oxford University Press, 2010. p. 137-152.

WARDLE, C. **Forget deepfakes:** misinformation is showing up in our most personal online spaces. Dez. 2018. Disponível: <https://www.niemanlab.org/2018/12/forget-deepfakes-misinformation-is-showing-up-in-our-most-personal-online-spaces/>. Acesso: 23 jul 2019.

Submissão: 06 de out. 2021.

Aceite: 30 de nov. 2021.